

Capítulo I – Às margens da história

hegemonia e luta de classe

Anita Helena Schlesener

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHLESENER, AH. Às margens da história: hegemonia e luta de classe. In: *Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 23-64. ISBN 978-85-7798-234-9. Available from: doi: [10.7476/9788577982349.0002](https://doi.org/10.7476/9788577982349.0002). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/y3zhj/epub/Schlesener-9788577982349.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 1

ÀS MARGENS DA HISTÓRIA: HEGEMONIA E LUTA DE CLASSES

Por que o marxismo teve esta sorte de parecer assimilável, em alguns de seus elementos, tanto aos idealistas quanto ao materialismo vulgar? Seria necessário pesquisar os documentos (...) e fazer a história da cultura moderna depois de Marx e Engels (Q. 4, p. 422).

Os 33 *Cadernos do Cárcere* (4 de traduções e 29 de reflexões políticas) escritos por Antonio Gramsci entre 1929 e 1935, tem como tema central o conceito de hegemonia, ao qual se articulam as noções de ideologia e linguagem. Trata-se de um tema que perpassa os escritos gramscianos e que entendemos de fundamental importância como aporte teórico para entender a conjuntura do capitalismo neste início de século, momento no qual se reavivam as forças mais conservadoras da sociedade tanto no mundo quanto no Brasil.

Queremos precisar que, para nós, Gramsci apresenta-se hoje como um clássico do pensamento moderno, no sentido que escreveu inserindo sua leitura em um contexto histórico determinado, foi interpretado num primeiro momento por Palmiro Togliatti, do qual já se fez a crítica com nova interpretação, seguida posteriormente pelo trabalho fatigoso dos filólogos que preparam a Edição Nacional Italiana, em fase de publicação.

Para explicitar o conceito de hegemonia um dos caminhos é situar o pensamento de Gramsci no contexto das principais polémicas em torno da natureza da revolução socialista¹, evidenciando algumas aproximações com Lenin, um tema riquíssimo e, ao mesmo tempo, árido, que exigiria um escrito específico. A partir de 1917-18, quando o entusiasmo com a Revolução Russa começa a dar lugar a uma reflexão mais profunda, Gramsci inicia a construção do conceito de hegemonia, salientando precisamente a aliança

¹ Este tema, que entendemos polêmico, foi desenvolvido no trabalho de pesquisa de tese de Doutorado (2001), onde buscamos as relações de Gramsci com Lenin. Mais recentemente publicamos uma breve introdução aproximativa entre Gramsci e Trotsky a respeito do futurismo (SCHLESENER. 2015).

operário-camponesa que, conforme Fresu (2008, p. 143), foi uma intuição de Lenin que resultou decisiva na Revolução de Outubro.

No Brasil, Gramsci tem sido interpretado de muitas maneiras diferentes, conforme a inserção política de seus leitores, com polêmicas, controvérsias e críticas unilaterais sobre as formas de apropriação de seu pensamento, que não pretendemos abordar diretamente aqui, embora a nossa posição se esclareça na medida em que explicitamos a noção de verdade contida nos próprios cadernos. Entendemos que não existem proprietários da verdade sobre o texto de Gramsci, primeiro porque o próprio autor acentuou em vários momentos a necessidade de aprofundar bibliografias ou de se certificar de que estava no caminho correto; segundo, porque sua linguagem é metafórica e aberta a novas interpretações; terceiro, porque um texto publicado assume autonomia e abre a possibilidade de novas leituras a partir de novas circunstâncias históricas. Os equívocos nascem da leitura parcial do autor ou da dificuldade de uma reflexão com base no método dialético, como é o caso da separação entre Estado e sociedade civil atribuída a Gramsci e completamente equivocada e, inclusive, criticada pelo próprio autor².

Da nossa parte, nosso trabalho tem sido explicitar o que entendemos ser o contexto histórico do qual Gramsci parte e os desdobramentos teórico-metodológicos de sua leitura de Marx e do capitalismo do início do século XX. A questão da hegemonia, que entendemos central e a partir da qual tratamos os demais conceitos, foi abordada por nós em artigos e no livro publicado pela Editora da UFPR (1992) com o título *Hegemonia e Cultura*, livro com a 3ª. Edição em 2007. Retomamos o tema porque vemos a necessidade de esclarecer alguns aspectos que nos parecem importantes e, para tanto, tomamos como título desse capítulo o tema do Caderno 25, Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos), que abordaremos aqui.

A partir da formação política de Gramsci e sua atuação junto aos Conselhos de Fábrica, salienta-se que a luta de classes implica um processo de formação dos trabalhadores, que se efetiva no movimento de sua organização política; a questão da hegemonia nos Cadernos de Cárcere alimenta-se dessa experiência na medida em que o conceito se aplica tanto à compreensão

² Um dos momentos em que Gramsci se posiciona criticamente é no Caderno 13, em relação ao economismo e ao livre câmbio: tais formulações “baseiam-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil de identificar, ou seja: baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil que, de distinção metódica, é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o estado não deve interferir em sua regulamentação” (Q. 13, p. 1589-90). A partir destas colocações Dias (2014, p. 20) nos esclarece que a “leitura da sociedade civil como lugar do consenso e em oposição ao Estado não é apenas não- gramsciana, mas profundamente anti-gramsciana”.

das formas de dominação burguesa quanto ao modo como, na correlação de forças, uma nova hegemonia pode ser construída no processo de organização democrática dos trabalhadores. As noções de hegemonia e de democracia, portanto, precisam ser abordadas no âmbito do projeto revolucionário do qual Gramsci participou ativamente, tanto na leitura dos escritos da fase de militância política quanto nos *Cadernos do Cárcere* onde, no nosso entendimento, a questão da revolução não foi abandonada. Os sinais que nos permitem essa compreensão se encontram nos Cadernos 13, 14, 16, 22 e 25, que serão as bases de leitura deste capítulo, que parte de uma explicitação do significado de hegemonia a partir da crítica gramsciana ao liberalismo.

Para Gramsci, os limites do pensamento liberal se encontram na separação entre economia e política, assim como na estrutura jurídica que sustenta a construção da ideia de democracia. Ao tomar o formal pelo real, o liberalismo consegue criar uma imagem de participação política com base na igualdade dos indivíduos, igualdade que não se efetiva na prática porque ela é profundamente desigual. Esses pressupostos permitem construir determinadas relações de hegemonia que se consolidam como dominação fundada na obediência passiva.

Para Burgio (2014, p. 338-339), a crítica à democracia burguesa efetuada nos Cadernos retoma e aprofunda as críticas desenvolvidas em *L'Ordine Nuovo*, em que o “aparelho institucional do Estado parlamentar era considerado um bloco funcional para a manipulação da opinião pública e da vontade coletiva”, com o objetivo de manter as relações de poder. A democracia burguesa constituía-se, naqueles textos, como “uma estrutura tirânica porque meramente formal”. Restrita “ao ‘céu’ da política e indiferente diante das desigualdades sociais”. A essa questão vinculamos a crítica de Gramsci aos teóricos das elites, a crítica ao sistema parlamentar, ao individualismo enquanto base da apropriação individual do lucro, assim como a manipulação ideológica das massas que se traduz na formação do consenso e na prática do transformismo.

O segundo item abordado é a função dos intelectuais como comissários da classe dominante para a consolidação e manutenção das relações de hegemonia, enquanto formadores de opinião e mantenedores da coesão social pela formação do senso comum. A terceira parte aborda a questão da luta de classes e suas novas dimensões no contexto das relações de hegemonia e as possibilidades que Gramsci assinala de mudança estrutural do sistema hegemônico com o termo “subversão da praxis”. A base para essa abordagem é a metáfora do Centauro retirada de *O Príncipe*, de Maquiavel, a qual nos

permite entender a hegemonia enquanto confronto, submissão do mais fraco e mistificação da realidade a partir de um discurso parcial apresentado como universal. O quarto ponto a ser abordado tem como pressuposto as relações de forças ou luta de classes para contrapor subversão da praxis a revolução passiva. Retomamos o Caderno 25 para evidenciar como Gramsci ressalta a luta de classes e os encaminhamentos que os grupos subalternos precisam seguir para enfrentar esta luta em favor de um novo projeto social e político, subversão da praxis, que pode ser entendida como a revolução socialista propriamente dita. Anunciam-se ainda as questões que serão abordadas nos capítulos seguintes em torno da ideologia e da educação.

A hegemonia e suas condições históricas: a crítica gramsciana ao liberalismo

A tarefa essencial é aquela de empenhar-se sistemática e pacientemente a formar, desenvolver e tornar sempre mais homogênea, compacta e consciente de si a força da qual fazemos parte (Q. 13, p. 1588).

A noção de hegemonia encontra-se difusa nos Cadernos do Cárcere, já o conceito de democracia aparece vinculado ao de hegemonia, sendo entendida como um processo político com vínculos ao econômico e cultural, que se desdobram entre o povo ou a nação, podendo efetivar-se em uma “unidade não servil, devida à obediência passiva, mas uma unidade ativa, vivente, qualquer que seja o conteúdo desta vida” (Q. 14, p. 1740). Ao vincular esses dois conceitos Gramsci não esquece que a hegemonia ancora-se na luta de classes e essa, a partir do fracasso da Comuna de Paris³, e depois das jornadas de 1848, tomou novas dimensões na medida em que, para enfrentar a ascensão dos movimentos revolucionários, a burguesia passou a fazer alianças com as classes sociais mais conservadoras, classes que havia enfrentado na Revolução Francesa.

As lutas de classes se modificam com as transformações das relações de força e com as mutações que ocorrem no modo de produção capitalista e nas formas de acumulação do capital pela expropriação da força de trabalho. Tomam novas dimensões também na medida em que a ideologia se transforma em instrumento de formação de um pensamento homogêneo ampliado com a inserção de novas tecnologias de comunicação de massa.

³ A Comuna de Paris, para Gramsci, foi uma experiência que mostrou a necessidade de rever as estratégias de luta do movimento operário e, neste sentido, foi importante para o processo revolucionário posterior.

A partir deste contexto, a noção de democracia tem limites no liberalismo⁴, que vai desde sua dimensão formal, que oculta a realidade de desigualdades sociais, até a forma do regime representativo parlamentar sedimentada na estrutura partidária. Ainda no Caderno 14, com o pretexto da literatura, Gramsci efetua uma breve reflexão sobre a autocrítica e a hipocrisia da autocrítica na literatura, acentuando que muitos tomam por autocrítica belos discursos justificativos que caracterizam, no fundo, uma “parlamentarização” da autocrítica:

[...] O parlamentarismo “implícito (e “tácito”) é muito mais perigoso que aquele explícito, porque tem todas as deficiências (do parlamentarismo) sem ter os seus valores positivos. Existe frequentemente um regime de partido “tácito”, ou seja, um parlamentarismo “tácito” e “implícito” onde menos se acreditaria. É evidente que não se pode abolir uma “pura” forma, como é o parlamentarismo, sem abolir radicalmente o seu conteúdo, o individualismo, este no seu significado preciso de “apropriação individual” do lucro e da iniciativa econômica para o lucro capitalista individual. A autocrítica hipócrita é precisamente de tais situações (Q. 14, p. 1742).

Esse parágrafo, que inicia com a ideia de “crítica representada pela ‘livre’ luta política no regime representativo” que pode ser estendida a outras situações, nas quais a crítica se torna presumivelmente mais produtiva em suas consequências (Q. 14, 1742), acentua que o que acontece efetivamente é o contrário: a autocrítica se “parlamentariza” ou seja, assume os vícios do parlamentarismo sem as suas qualidades. Na acentuação do vínculo concreto entre forma e conteúdo se evidencia a relação intrínseca entre o sistema parlamentar e a democracia liberal pela mediação do individualismo que, sedimentado na estrutura econômica fundada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho, estende-se ao modo de vida da sociedade, tomando consistência no senso comum.

Essa questão já tinha sido abordada em 1918, no artigo *Spirito associativo*, no qual se afirmava a necessidade de superar o individualismo burguês para a formação da própria personalidade na vida coletiva, fortalecendo a

4 Faz-se necessário esclarecer que o que chamamos liberalismo tem uma história de, mais ou menos, cinco séculos, de modo que não existe uma unidade teórica entre os seus representantes, se considerarmos o liberalismo desde J. Locke, passando por Benjamin Constant, Stuart Mill, Adam Smith, e outros, chegando aos contemporâneos teóricos do neoliberalismo, como I. Berlin, F. A. Von Hayek e J. Rawls, para não citar todos. Cabe salientar algumas questões centrais, como a natureza e o alcance das liberdades individuais, a estrutura do Estado e suas funções jurídicas legitimadoras dos direitos individuais e garantidoras do poder político, etc. O contraponto para essas abordagens se encontra em *A Questão Judaica*, de Marx, pano de fundo para as reflexões de Gramsci sobre a liberdade e sobre como a filosofia de Hegel foi reduzida a “ideologia política imediata, a instrumento de domínio e de hegemonia social” na forma do liberalismo, tendo-se o cuidado de entender que o “termo ‘liberal’ foi muito ampliado e alcança campos políticos antitéticos” (Q. 8, p. 1007).

convicção de que, ao contrário do ideário liberal sedimentado no formal, a individualidade se enriquece na troca de experiências com outros homens que pensem da mesma forma. Existem duas formas de espírito associativo: aquele exterior, que agrega os indivíduos sem exigir deles trabalho nem sacrifício e aquele que “tem outros objetivos educativos”, na “tentativa de superar o individualismo com maior incremento da personalidade, que se reconhece mais naquilo que tem em comum com os outros” que nas peculiares diferenças acidentais. “É o indivíduo que se enriquece com as experiências de todos os outros homens, que vive as dores e as esperanças dos outros homens, que sente vibrar em si toda a humanidade”, alcançando gradativamente a compreensão da categoria de associação internacional (GRAMSCI, 1982b, p.660). Somente a existência da liberdade para todos pode garantir efetivamente as liberdades individuais.

Nos escritos carcerários, um dos momentos em que Gramsci retoma a questão se encontra no Caderno 6, parágrafo 98, a propósito do nascimento do direito moderno, explicitando os limites da estrutura jurídica ampliados pela valorização do formal em detrimento do real concreto: “supõe-se que o direito seja expressão integral de toda a sociedade, o que é falso: a expressão mais consistente da sociedade são aquelas regras de conduta que os juristas chamam ‘juridicamente’ indiferentes” (Q. 6, p. 773). Na verdade, o direito exprime os interesses da “classe dirigente, que ‘impõe’ a toda a sociedade aquelas normas de conduta que são mais ligadas à sua razão de ser” (Q. 6, p. 773). Uma das funções primordiais do direito é gerar a crença na igualdade de todos os indivíduos perante a lei, função que não pode realizar na prática porque nesta sociedade fundada na desigualdade social os homens não são iguais e, por consequência, também não são igualmente livres. Desse modo, o direito atua no controle das relações entre “a conduta de cada indivíduo (atos e omissões) e os fins que a sociedade se coloca como necessários”, exercendo uma forma de coerção que não é estatal, no sentido que não é explicitamente política, mas sim de foro moral (Q. 6, p. 757).

Assim como o sistema parlamentar na democracia burguesa produz e reproduz os limites políticos de participação, o direito enquanto um sistema jurídico formal em sentido estrito (tutela da ordem pública, respeito às leis, etc.), atua no âmbito da moralidade e da formação dos costumes morais condicionando determinados comportamentos individuais e sociais; e ambos, parlamentarismo e direito, exercem uma função relevante no exercício da hegemonia na medida em que formam um modo de pensar e de ser.

Entendemos, a partir desse contexto introdutório, que a questão da hegemonia permeia de ponta a ponta os escritos gramscianos, mesmo quando não explicitamente abordada: os temas da literatura, da linguagem, do jornalismo, do direito, etc., têm como pressuposto a questão política e qualquer leitura de Gramsci é parcial se não for realizada neste horizonte. Como se define hegemonia no *Cadernos do Cárcere*?

A partir do Caderno 13, parágrafo 37, explicitando a experiência política dos jacobinos na Revolução francesa, Gramsci acentua que no contexto de uma política liberal e do regime parlamentar o “exercício ‘normal’ da hegemonia” resulta da “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado sem que a força supere em muito o consenso” ou então “apareça apoiada sobre o consenso da maioria, expresso pelos assim chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações”. O exercício do poder se efetiva como dominação e direção de uma classe social sobre toda a sociedade; domina-se por meio de mecanismos de coerção e dirige-se pela formação do consentimento. Nesse contexto histórico de formação do Estado burguês, o sistema parlamentar funcionava por deliberação e as forças políticas divergentes se confrontavam no processo de elaboração da legislação ordinária, bem como instauravam “o emprego mais ou menos extensivo dos decretos-leis”, que tendiam a substituir ou a modificar a legislação ordinária, de acordo com os interesses que predominavam na disputa política (Q. 13, p. 1638).

No curso da história moderna esses mecanismos se renovaram ou se aperfeiçoaram, de modo a caracterizar tanto a força deste sistema quanto a sua fragilidade, que aparece nos momentos de crise política. Ainda a propósito do movimento francês, Gramsci acentua que, depois da primeira guerra mundial, esse aparato hegemônico se despedaça tornando difícil o exercício da hegemonia. O fenômeno vem identificado como “crise de autoridade”, “dissolução do regime parlamentar”, falência dos “princípios” morais, etc. “A crise se apresenta praticamente na sempre crescente dificuldade de formar os governos”, bem como na “crescente instabilidade dos governos” instituídos. As causas podem ser várias e a crise pode estender-se por longos anos, tornando-se necessário resolvê-la para consolidar a hegemonia (Q. 13, p. 1639).

As soluções para a crise, na leitura de Gramsci a partir da análise do Risorgimento italiano, passam pela recomposição parlamentar e pela aplicação do mecanismo de transformismo, um instrumento político que se tornou recorrente na estrutura parlamentar italiana e que supõe a absorção

pela classe dominante dos eventuais líderes nascidos dos movimentos de resistência dos subalternos, por meio de acordos, busca do consenso, compromisso pela unidade, etc. Entretanto, pela própria estrutura do sistema parlamentar no contexto da democracia burguesa, essas soluções são paliativas, visto que a representação desse sistema não traduz os interesses reais de toda a sociedade, mas sim interesses de classe, dissimulados na ideia de representação geral.

Como acentua Burgio (2014, p. 339), para Gramsci a “esfera política é caracterizada por uma dimensão pública meramente abstrata” e privada, enquanto o “funcionamento concreto dos poderes favorece o domínio de círculos restritos”. Essa ação restrita do sistema parlamentar acontece porque “a ‘democracia burguesa’ repousa sobre a cisão entre esfera política e realidade social, cisão que o sistema ‘parlamentar’ tem a função de mascarar, legitimar e perpetuar”.

No Caderno 13, a articulação entre econômico-social, político, ideológico se apresenta na afirmação de que: [...] se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Q. 13, p. 1591). No Caderno 14 essa relação se reafirma na forma do “parlamentarismo que, sem abolir radicalmente o seu conteúdo”, se respalda no “individualismo, este no seu preciso significado de ‘apropriação individual’ do lucro e da iniciativa econômica para o lucro capitalista individual” (Q. 14, p. 1742).

A questão implícita nessa primeira definição de hegemonia é sobre a estrutura do Estado e os mecanismos para o exercício do poder. Muito se escreveu sobre o Estado ampliado gramsciano, a maioria das leituras separando didaticamente a sociedade política da sociedade civil. Conforme Dias (2012), essa separação é anti-gramsciana, visto que abre a senda para uma leitura liberal de Gramsci, tanto na separação entre economia e política quanto nos desdobramentos da noção de hegemonia e na luta de classes.

Do mesmo modo, Burgio (2014, p. 202) acentua que essa separação, em seu esquematismo e mecanicidade, “foi herdada do marxismo vulgar” e essa ideia não é outra coisa senão a réplica do esquema liberal que “atribui ao Estado o poder de plasmar (e oprimir) a sociedade”. A essa ideia, Gramsci opõe a “*assimetria* entre os dois planos”, numa relação dialética de interação entre eles. Um desses momentos em que a questão da estrutura

do Estado enquanto relação intrínseca entre sociedade política e sociedade civil é abordada no Caderno 12:

Pode-se, por agora, fixar dois grandes “planos” superestruturais, aquele que se pode chamar “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos vulgarmente chamados “privados” e aquele da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando que se exprime no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (Q.12, p. 1518-19).

Esses dois “planos” superestruturais se articulam pela mediação dos intelectuais, que são “os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, efetuando a relação intrínseca entre a atividade da sociedade política e as várias instâncias da sociedade civil, ou seja, a sociedade política exerce o “domínio direto” por meio da estrutura burocrática e das funções de governo, enquanto a formação do consenso se efetiva por meio dos veículos de comunicação de massa e outras instâncias da sociedade civil:

1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação dada à vida social pelo grupo fundamental dominante, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) conseguidos pelo grupo dominante a partir de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato coercitivo estatal que assegura “legalmente” a disciplina daqueles grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente (Q. 12, p. 1519).

Essa articulação entre os dois “planos” da superestrutura se explicita no Estado na divisão de poderes, “resultado da luta entre sociedade civil e sociedade política num determinado período histórico”, traduzida em crise que expressa “um equilíbrio instável das classes, determinado pelo fato que certas categorias de intelectuais” são ainda muito ligadas às velhas classes dominantes. Toda a “ideologia liberal, com sua força e suas fragilidades, pode estar contida no princípio da divisão de poderes”; sua principal fragilidade “é a burocracia, ou seja, a cristalização do pessoal dirigente que exerce o poder coercitivo e que, a um certo ponto, torna-se casta” (Q. 6, p. 752)⁵.

O que possibilita a manutenção do pessoal dirigente é a estrutura dos partidos políticos que, no contexto do liberalismo e do sistema jurídico que

⁵ Gramsci cita exemplos da França e da Itália do século XIX, mas parece falar da estrutura do Estado brasileiro, tanto no executivo, quanto no legislativo e no judiciário. A divisão de poderes e o sistema jurídico que garantem o funcionamento dessa forma de democracia que se consolida na burocracia e no sistema de “castas”, que se verifica na permanência dos políticos nos cargos, que depois passam para os filhos e netos, por meio do sistema partidário ineficiente e eleitoreiro.

o sustenta, tornam-se instrumentos eleitoreiros pelos quais os políticos se perpetuam no poder independentemente de sua atuação em favor dos seus eleitores. Um partido político dinâmico precisa manter e alimentar os elos entre dirigentes e massa popular. A tendência, porém, é o distanciamento dos dirigentes, possibilitada pela própria estrutura partidária no contexto da democracia burguesa, o que torna os partidos instituições burocráticas, “anacrônicas e mumificadas” (Q 7, p. 910).

“A debilidade dos partidos políticos italianos, em todo o período de atividade, do Risorgimento em diante, consistiu no que se poderia chamar um desequilíbrio entre a agitação e a propaganda e que, em outros termos, se chama falta de princípios, oportunismo, falta de continuidade orgânica, desequilíbrio entre tática e estratégia, etc. A causa principal deste modo de ser dos partidos se deve buscar na delinquência das classes econômicas, na estrutura econômica e social gelatinosa do país, o que é uma explicação fatalista; de fato, se é verdade que os partidos não são mais que nomenclaturas das classes, também é verdade que os partidos não são somente uma expressão mecânica e passiva das próprias classes”, mas contribuem para o desenvolvimento das classes (Q. 3, p. 386-7).

Esses limites e fragilidades dos partidos políticos se vinculam ao conjunto da estrutura legal e jurídica que separa formal e real, economia e política, sociedade política e sociedade civil. A estrutura parlamentar permite que o governo se coloque “acima dos partidos, não para harmonizar seus interesses e a atividade nos quadros permanentes da vida e dos interesses estatais”, mas para desagregá-los e afastá-los das massas, como acontece com o fenômeno do transformismo (Q. 3, p. 387). Esse fenômeno, em seu sentido clássico, contribuiu para a unificação dos partidos durante o Risorgimento, esclarecendo a relação entre “civilização, ideologia e força de classe” (Q. 3, p. 396).

Ao movimento de redução do alcance político dos partidos vincula-se também a questão burocrática, que não somente afasta os partidos das massas, mas a burocracia pode tornar-se, a partir do controle administrativo, um verdadeiro partido (Q 3, p. 387-8)⁶. No Estado moderno, a burocracia assumiu formas diversas e, no liberalismo, constituiu-se na sua debilidade enquanto cristaliza o “grupo dirigente que exerce o poder coercitivo e que, em certo momento, torna-se casta”. Daí decorre a legitimidade da reivindicação

6 Neste ponto Gramsci lembra a necessidade de consultar os livros de Max Weber sobre *Parlamento e Governo na nova ordem da Alemanha* e *Crítica Política da burocracia e da vida dos Partidos*, traduzidos em italiano.

popular pela “elegibilidade de todos os cargos públicos, reivindicação que é o extremo liberalismo e, ao mesmo tempo, a sua dissolução” (Q. 6, p. 752)⁷.

Gramsci aborda essas questões em outros momentos, como no Caderno 13, onde acentua que a definição liberal do Estado “baseia-se em um ‘erro teórico’ do qual não é difícil identificar a origem prática”: tem como base a “distinção entre sociedade política e sociedade civil que, de distinção metodológica, é transformada e apresentada como distinção orgânica”. A partir deste erro, o pensamento liberal pode afirmar que “a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação”. Porém, na “realidade efetiva sociedade civil e Estado se identificam” pode-se dizer que também o liberalismo se apresenta como “uma ‘regulamentação’ de caráter estatal introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva” (Q. 13, p. 1590). Portanto, a separação entre economia e política, assim como a separação entre sociedade política e sociedade civil, apresentam-se como mecanismos ideológicos de mascaramento das reais funções do Estado enquanto garantidor dos interesses dos grupos dominantes.

Além do ordenamento de base jurídica que objetiva garantir direitos subjetivos, a partir do qual se consolida um conceito de liberdade individual restrito ao agir autônomo na esfera privada, outro pressuposto para o exercício da hegemonia no contexto de um Estado liberal é a separação (real e não formal) entre economia e política, que garante a livre iniciativa da economia na esfera privada e no mercado. Esses princípios permitem elidir a real função do Estado no contexto da luta de classes e gerar no imaginário social a crença de que o Estado pode garantir para todos os direitos individuais e as condições efetivas do exercício da liberdade subjetiva. Da perspectiva jurídica, explicita-se em que consiste a livre atividade dos sujeitos, sempre de modo abstrato porque sem qualquer referência às desigualdades sociais.

Já nos escritos políticos de 1916-1918 Gramsci procura mostrar os limites da liberdade individual e da garantia dos direitos pelo Estado a partir da estrutura do modo de produção capitalista, cuja base é a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho, vinculadas a um individualismo meritocrático. Nesse contexto, “ser senhor da vida significa

⁷ “Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento mais ligado à sociedade civil, o Poder Judiciário entre Governo e Parlamento representa a continuidade da lei escrita (também contra o Governo). Naturalmente todos os três poderes são também órgãos de hegemonia política, mas em medida diversa: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3) Governo. É de se notar que ao público faça impressão desastrosa especialmente as transgressões da administração da justiça: o aparelho hegemônico é mais sensível neste setor, que também pode incluir os representantes da polícia e da administração política” (Q. 6, p. 752).

tornar-se rico conquistar a própria liberdade”, ou seja, a liberdade é medida pela posse e o ideário liberal transfere a responsabilidade da ascensão social (e seu conseqüente fracasso na competição desigual) para as capacidades individuais entendidas como próprias da natureza de cada indivíduo. E a questão se apresenta não como busca do enriquecimento que, da perspectiva moral (e religiosa) poderia significar avareza, mas sim como busca da liberdade (que, no âmbito do capitalismo, se restringe ao poder econômico como forma de ter acesso aos demais direitos) (GRAMSCI, 1975, p. 214).

O que Gramsci procura mostrar é que a separação entre forma e conteúdo efetivada pelo pensamento liberal toma uma dimensão política e ideológica que alimenta o senso comum, com grande poder misticador da realidade social. No seu imaginário social, tendo assimilado o individualismo e a ideia de meritocracia, que fundamentam as relações sociais na sociedade capitalista, o sujeito acredita poder ascender socialmente por meio de seu trabalho, visto que se entende como alguém que precisa (e que pode) vencer com suas próprias capacidades⁸.

Na medida em que o pensamento liberal separa economia de política, omite a verdadeira função do Estado moderno, que é a de garantir o desenvolvimento econômico e os interesses da classe no poder; a valorização da livre iniciativa na esfera privada a partir das capacidades individuais oculta os liames entre capital e Estado, que permitem implementar mecanismos sempre mais sofisticados de exploração da força de trabalho e depredação dos recursos naturais, além de atribuir à consciência e à ação individual as causas dos fracassos nas tentativas de ascensão social.

Nos *Cadernos do Cárcere* 10 e 11 a questão se apresenta na explicitação da relação intrínseca entre política, economia e cultura, posicionando-se no âmbito das interpretações revisionistas de Marx, tanto por parte de Benedetto Croce em sua interpretação especulativa e liberal do marxismo

⁸ “Aqui está: a liberdade. Detenhamo-nos. Certamente a riqueza não é um fim; se se torna fim chama-se avaricez (avareza). É meio para um fim: a liberdade. Um vintém que você possui, é um vintém de liberdade à sua disposição, é um vintém de livre escolha. A propriedade é a garantia de que esta liberdade será contínua. A propriedade de uma parte de riqueza (instrumento de trabalho) é a possibilidade de ampliar ainda mais o domínio da liberdade pessoal. O direito de herança é a garantia de que a sua liberdade pessoal será também de seus filhos, dos seus entes queridos. Uma vez que o seu fim não é um fato material circunscrito, uma vez que você não é um ávido de bem estar mecânico, mas de liberdade, resulta que o seu objetivo não é individual, mas é a imortalidade. [...] Todos os homens têm esta aspiração, todos os homens querem tornar-se proprietários de liberdade, de liberdade garantida, de liberdade transmissível. Se ela é o sumo bem, é natural que dela se procure fazer participantes os próprios entes queridos, é natural que se aceite o sacrifício para criar esta liberdade, ainda que certos de não aproveitá-la para si próprios, só para assegurar-lá aos entes queridos. [...] Mas a liberdade é somente um privilégio: eis porque se manifestam estas perversões. A sociedade é um mercado: a sorte é um jogo. A maioria deve necessariamente fracassar na feroz competição” (GRAMSCI, 1975, p. 214-217).

quanto a partir do *Ensaio Popular* de Bukharin. Pode-se “dizer que uma grande parte da obra filosófica de B. Croce representa a tentativa de reabsorver a filosofia da praxis e a incorporar, como serva, à cultura tradicional. Mas como se vê no *Ensaio*, também os que se chamam ‘ortodoxos’ da filosofia da praxis caem na armadilha” ao conceberem a sua filosofia “como subordinada a uma teoria geral materialista (vulgar), como outros àquela idealista” (Q. 11, p. 1435)⁹.

Na crítica ao economicismo, Gramsci acentua que o “fato de que a hegemonia sem dúvida pressupõe que se considerem os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia é exercida” e que, em qualquer circunstância, a hegemonia se funda na estrutura material, ou seja, “não pode não ser econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Q. 13, p. 1591).

A peculiaridade da filosofia da praxis é que ela é “revolucionária”, precisamente porque articula econômico, político e ideológico, mostrando a sua interdependência, ou seja, inova em todos os sentidos: é uma “estrutura de pensamento completamente autônoma e independente” de tudo o que foi anteriormente produzido;¹⁰ “contém em si todos os elementos fundamentais para construir uma concepção de mundo total e integral”, capaz de “vivificar uma organização prática integral da sociedade” e criar uma nova civilização (Q. 11, p. 1434).

Essa originalidade e superação de toda teoria anterior ocorre pela relação que a filosofia da praxis instaura entre economia, política e história (ou economia, política e filosofia). Trata-se de uma questão de método pela qual se acentua a tradutibilidade entre esses três elementos da teoria, que precisam ser abordados em sua relação e reciprocidade.

Se estas três atividades são os elementos constitutivos necessários de uma mesma concepção de mundo, necessariamente deve haver, nos seus princípios teóricos, convertibilidade de uma em outra, tradução recíproca na própria linguagem específica de cada elemento constitutivo: um está

9 Os revisionismos criticados por Gramsci, na realidade, atacam os três pilares que sustentam a teoria marxiana, que são o método dialético, a teoria da mais valia que expressa o mecanismo da exploração do trabalho e a questão do socialismo. Gramsci aborda essas questões em vários pontos dos Cadernos.

10 Embora não se deva esquecer as origens, ou seja, que a filosofia da praxis se alimentou das ideias de Spinoza, de Hegel, de Feuerbach, bem como do materialismo francês, etc., superando estas filosofias em uma nova síntese que se apresenta como uma nova filosofia; trata-se de uma “filosofia original não apenas enquanto supera as filosofias precedentes, mas especialmente enquanto abre um caminho completamente novo, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a própria filosofia” (Q. 11, p. 1436).

implícito no outro e todos juntos formam um círculo homogêneo (Q. 11, 65, p. 1492).

Da conversibilidade dessas proposições seguem-se alguns critérios de pesquisa que são fundamentais e que distinguem a filosofia da praxis de todo o pensamento anterior, entre eles o de tomar a teoria como suporte para explicitar o movimento histórico de posição e superação das contradições, de análise de conjuntura, de esclarecimento das múltiplas determinações (econômicas, sociais, políticas, ideológicas) que formam a individualidade dos sujeitos que interagem entre si.

O entrelaçamento e a conversibilidade entre política, economia e história permitem explicitar a relação dialética entre estrutura e superestrutura: conforme o Caderno 4 parágrafos 12, retomado e ampliado no Caderno 11, é importante explicitar os significados desses conceitos para fazer frente aos dois revisionismos de Marx; a “complexidade desta questão se percebe nisso: as bibliotecas são estrutura ou superestrutura?” E o que dizer do gabinete de um cientista ou de um instrumento musical? “Confunde-se estrutura com ‘instrumento material’ em geral e ‘instrumento técnico’ com qualquer instrumento material”, chegando-se a “sustentar que uma determinada arte se desenvolveu porque foram desenvolvidos os instrumentos específicos” para aquela expressão artística. “Não se pode negar que existe uma relação, mas não imediata”. Na realidade “certas formas de instrumento técnico tem uma dupla fenomenologia: são estrutura e superestrutura” ao mesmo tempo (Q. 4, 12, p. 433). Ora, o mesmo acontece com o entrelaçamento entre a economia, a política e a história (ou filosofia, cultura, etc.):

Uma classe forma-se sobre a base de sua função no mundo produtivo: o desenvolvimento e a luta pelo poder e pela conservação do poder criam as superestruturas que determinam a formação de uma ‘estrutura material especial’ para a sua difusão, etc. O pensamento científico é uma superestrutura que cria os ‘instrumentos científicos’; a música é uma superestrutura que cria os instrumentos musicais. Logicamente e também cronologicamente se tem: estrutura social –superestrutura – estrutura material da superestrutura (Q. 4, p. 434).

A relação entre estrutura e superestrutura em determinado movimento histórico é retomada no Caderno 13, parágrafo 17, nas considerações sobre o *Prefácio à Crítica da Economia Política*, escrito por Marx e publicado em 1859, enquanto um problema “que precisamos colocar e resolver exatamente para alcançar uma justa análise das forças que atuam na história”. Para tanto, é preciso “mover-se no âmbito de dois princípios: 1) que nenhuma

sociedade se coloca tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes” [...] 2) que “nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações” (Q. 13, 17, p. 1579)¹¹.

Esses dois princípios fundamentam uma série de outros no que se refere a uma metodologia histórica que permita identificar e distinguir os “movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que se pode chamar de conjunturais (e que se apresentam como ocasionais, imediatos ou quase acidentais)”. Essa precisão metodológica é muito importante porque permite distinguir os fenômenos de menor abrangência histórica e referentes ao cotidiano social e político dos fenômenos orgânicos, os quais possibilitam efetuar a crítica histórico-social, identificando os grupos em presença e as relações de forças que acontecem em determinado momento histórico (Q. 13, p. 1579).

Identificar esse movimento e o conjunto de articulações por ele produzido permite perceber as relações de força que garantem a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade, bem como as contradições que permeiam a estrutura e que as forças políticas não conseguem resolver ou superar, caindo em crises de hegemonia muitas vezes prolongadas. As crises podem revelar, entre outros fatores, o esgotamento das propostas dos grupos dominantes e geram as condições para a organização política das “forças antagônicas que tentam demonstrar [...] que já existem as condições necessárias e suficientes para realizar determinadas tarefas” (Q. 13, p. 1580).

A articulação entre economia e política, conjuntura e estrutura, cotidiano e totalidade, identificados no movimento histórico das forças sociais em presença, dos fatos históricos concretos, permitem demonstrar que a eficiência da economia liberal não reside no mérito individual dos donos dos meios de produção, mas na exploração da força de trabalho com o respaldo do Estado, o qual direciona os recursos públicos em benefício do desenvolvimento econômico. A definição do Estado em sentido restrito, como aparato de governo e forma jurídica, permite mascarar os mecanismos de controle social e de formação do modo de pensar que se instituem na sociedade civil enquanto parte do Estado.

¹¹ Entre parênteses Gramsci escreveu que era preciso verificar se a enunciação desses princípios estava correta. Essa observação nos sugere que a inversão dos princípios pode não ter sido intencional. Entretanto, a substituição de “forças produtivas” por “formas de vida”, assim como de “condições materiais” por “condições necessárias e suficientes”, altera substancialmente o conteúdo desses dois princípios, fato que pode ser entendido como intencional se considerado no contexto da proposição gramsciana de articulação entre economia, política e filosofia ou no âmbito das reflexões sobre relações de hegemonia.

No Caderno 7, parágrafo 24, tem-se outra abordagem da relação estrutura e superestrutura, desta vez a propósito da relação entre economia e ideologia na crítica ao revisionismo mecanicista: a tentativa de “apresentar e expor cada flutuação da política e da ideologia como expressão imediata da estrutura, deve ser teoricamente combatida como um infantilismo primitivo, ou praticamente deve ser combatida com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas”. Nesse contexto, “são importantes especialmente *O 18 Brumário* e os escritos sobre *Questão Oriental*, mas também outros (*Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, *A Guerra Civil na França*)”; a leitura desses textos “permite fixar melhor a metodologia histórica marxista integrando, iluminando e interpretando as afirmações teóricas difusas em todas as obras” (Q. 7, p. 871).

Gramsci ainda recomenda muita cautela na abordagem dos conceitos, principalmente pela dificuldade em identificar a cada momento a estrutura e seus desdobramentos na política: uma “fase estrutural pode ser concretamente estudada e analisada somente depois de haver superado todo o seu processo de desenvolvimento” e, durante o processo, somente por hipótese, com a recomendação de “declarar explicitamente que se trata de hipótese”. Todas as avaliações efetuadas no curso do processo devem ser consideradas provisórias e precisam ser constantemente atualizadas, sempre levando em conta que nós próprios estamos inseridos nesse processo e, portanto, nossa avaliação se efetua de uma determinada perspectiva. Deduz-se daí que “uma determinada ação política pode ter sido um erro de cálculo da parte dos dirigentes da classe dominante, erro que o desenvolvimento histórico, por meio das ‘crises’ parlamentares governativas das classes dirigentes corrige e supera”. A leitura determinista do “materialismo histórico mecânico não considera a possibilidade de erro, mas assume cada ato político como imediatamente determinado pela estrutura” (Q. 7, p. 872).

Dessas duas situações decorre uma terceira, ou seja, impossível haver uma explicação imediata, primária, na estrutura, das ações políticas; é preciso considerar que “muitas ações políticas se devem a necessidades internas de caráter organizativo ligado a uma necessidade de dar coerência ao partido, ao grupo social ou a uma sociedade”; somente no movimento histórico concreto e passado o processo se pode esclarecer as relações de forças que se confrontam, a relação entre o desenvolvimento das forças materiais de produção e as ações políticas que colocam em crise ou consolidam uma hegemonia (Q. 7, p. 872-873).

Essas observações de Gramsci são fundamentais para se entender a questão da hegemonia para além do mais divulgado e conhecido na leitura liberal dos escritos de Gramsci¹². A hegemonia é uma forma de dominação (e até de aliciamento) no contexto da luta de classes, mas a partir do aprofundamento da questão do método e da crítica gramsciana às interpretações revisionistas de Marx pode-se entender a hegemonia numa perspectiva revolucionária.

No Caderno 19 a hegemonia vem definida do seguinte modo:

a supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados (Q. 19, p. 2010).

Conquistar a direção intelectual e moral torna-se fundamental já antes da tomada do poder, mas de modo algum o uso da força está descartado.

A força pode ser entendida de modo restrito como “liquidar e submeter com a força armada”, mas se encontra também no submeter pela obediência, pela censura, pela repressão moral, visto que a educação, a cultura, a religião, a ideologia, tornam-se instrumentos de formação de opinião pública para alcançar um consenso passivo. Como acentua Dias (2014, p. 20), “quando falamos em consenso imaginamos ‘acordo’. Contudo consenso pode ser encarado como obter o consentimento, isto é, obter a obediência”. Essa exprime uma situação social desigual, mascarada por um discurso jurídico de igualdade formal. A força mistificadora da ideologia permite um “consentir sem consenso”, ou seja, o jogo político apoiado na ambiguidade das palavras ou no seu significado parcial e abstrato, que esconde significados diversos e até opostos. Também Burgio (2014, p. 208), citando o Caderno 6, afirma que o domínio se consolida na sociedade civil, cujo caráter de classe, também mistificado, permite fortalecer os instrumentos de luta política como parte do aparato hegemônico da classe dominante. Os cadernos “são muito claros e unívocos” quando “definem a sociedade civil como sistema de ‘hegemonia política e cultura de um grupo social sobre toda a sociedade’ ”.

No processo de construção e conservação da hegemonia, o “Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da

¹² Entendemos como liberal a leitura de Gramsci que não apenas dissocia sociedade política de sociedade civil, a coerção do consenso, numa oposição dicotômica, como atribui à sociedade política, implicitamente identificada com o Estado, posição que supõe a separação entre economia e política entendendo esta como a simples função de governo.

sociedade civil”. Com os novos meios de comunicação de massa surgidos na modernidade, a formação do consenso passivo por meio da formação da opinião pública tomou dimensões desmesuradas. Gramsci define a opinião pública como “o conteúdo político da vontade política pública que poderia ser discordante” e, para isso, o monopólio dos meios de formação da opinião pública (jornais, partidos, parlamento) se torna fundamental, tanto para alcançar um consenso passivo quanto para dispersar os discordantes e dificultar a sua organização em movimentos consistentes (Q. 7, p. 914-915).

Esse problema tomou dimensões inusitadas na modernidade, com a difusão da ideologia como prática de poder. Explicitar essa questão exigiria passar por autores como Marx e os desdobramentos do marxismo para chegar ao contexto da educação enquanto formação para um modo de vida no âmbito social e político. Conforme Eagleton (1997, p. 100), “se a crítica da ideologia propõe-se a examinar os fundamentos sociais do pensamento”, deveria “ser capaz de fornecer alguma explicação de suas próprias origens históricas”. Não se trata aqui de buscar tais origens, embora a filosofia da praxis nos ofereça as condições para tanto. O que nos interessa aqui é mostrar as formas como a ideologia se vincula à questão da hegemonia, tornando-se seu instrumento para reforçar as condições de dominação.

O liberalismo, portanto, tem um programa político que visa a “modificar não a estrutura do Estado, mas sim a sua orientação governamental” e gerar uma alternância no poder a fim de fazer as modificações necessárias para o desenvolvimento do comércio e da indústria de acordo com os interesses dos grupos dominantes (Q. 13, p. 1590). A hegemonia se consolida na medida em que se forma o imaginário social baseado nas expectativas criadas por seu ideário ideológico, que oculta a real função do grupo dirigente em relação à consolidação e manutenção das atividades econômicas capitalistas.

Essa situação serve perfeitamente para cooptar lideranças surgidas dos movimentos de resistência dos trabalhadores, caso que Gramsci explicita na sua abordagem do Risorgimento, no fato que, naquela situação, a absorção de dirigentes e mesmo de grupos inteiros para o campo moderado ocorreu tanto porque o Partido Moderado era a vanguarda orgânica real daquele movimento e tinha consciência crítica de sua missão quanto porque as lideranças do Partido da Ação, em consequência das ambiguidades e oscilações características de sua situação de classe (intelectuais, artesãos, pequena-burguesia), não tinham clareza de sua função histórica. Essa diferença em compreender o processo histórico de modo claro e abrangente tinha como

base tanto os elos dos grupos dirigentes com as classes sociais em disputa quanto o ideário mistificador que se concentrava nos lemas “independência e unidade”, quando a situação histórica era de fragmentação política e desigualdade social intensa, ou seja, sem precisar o conteúdo desses conceitos. Com essas palavras de ordem “os moderados conseguiram seu intento de desviar a atenção do núcleo para a casca” e cooptar os dirigentes do Partido da Ação que poderiam, de outra forma, aliar-se aos movimentos populares em suas reivindicações mais progressistas. As consequências históricas dessas alianças ocorridas no processo de unificação italiana foram a repressão dos movimentos populares e o aprofundamento das desigualdades sociais entre Norte e Sul, desaguando na questão meridional (Q. 19, p. 2014 ss.).

Essa abordagem da hegemonia tem sido a mais conhecida dos escritos de Gramsci. Podemos verificar que nos Cadernos do Cárcere pode-se encontrar outra definição de hegemonia, que contempla as forças de resistência ao instituído e a possibilidade de movimentos insurrecionais. Gramsci reflete sobre a possibilidade revolucionária no contexto da nova configuração do capitalismo a partir dos novos mecanismos ideológicos de formação do consenso e as novas dimensões da luta de classes, que exigem ampliar a organização política no seu aspecto educativo, vistas as novas formas de submissão e dominação na formação da subjetividade. No movimento de relações de forças políticas o acirramento dos conflitos gera a possibilidade de esclarecer a natureza contraditória das relações econômicas e sociais na formação da autoconsciência das massas trazendo para a atualidade a perspectiva revolucionária. A luta pela hegemonia é desigual, mas os Cadernos apontam possibilidades e alternativas no movimento dialético no qual os grupos subalternos precisam se organizar e retomar a luta pela formação de uma nova ordem social e política.

A função dos intelectuais na construção/manutenção da hegemonia

No cárcere, Gramsci raciocina, como nós, a partir de uma derrota. Isso é o que o torna assim tão precioso para quem resiste à ideia de que a derrota implique também o impedimento de raciocinar
(MORDENTI, 2007, p. 39).

O interesse de Gramsci pela questão dos intelectuais já aparece nos Escritos Políticos de 1916-1926, explicitando-se no seu texto de 1926 sobre hegemonia com o título *A Questão Meridional*. Nesse escrito que ficou incompleto, os intelectuais desempenham uma função importante na

organização social e política italiana, no sentido de consolidar relações de dominação. Nos *Cadernos do Cárcere* a questão meridional assume uma nova dimensão a partir da perspectiva conservadora do Risorgimento, que desencadeou um modo de produção capitalista alicerçado na exploração dos recursos naturais e humanos do Sul da Itália.¹³ No curso dos Cadernos Gramsci retoma a temática e examina a função dos intelectuais na consolidação da hegemonia burguesa concentrada no Norte e como esses intelectuais atuam, tanto nas funções burocráticas do Estado quanto na formação do consenso (principalmente os chamados “grandes intelectuais”, como Croce e Fortunato, oriundos do Sul) pela contínua direção exercida por meio dos escritos nos jornais cotidianos. Desta forma, centralizam e controlam o conjunto de manifestações sociais e políticas do Sul e contribuem para a formação do senso comum dominante¹⁴.

Gramsci (Q. 6, p. 689) acentua que os grandes intelectuais italianos, se quiserem continuar a ser atuais, precisam adaptar-se às mudanças históricas e sociais, ou seja, no contexto da sociedade moderna, da qual participam ativa e diretamente massas humanas cada vez mais amplas, os intelectuais precisam democratizar-se, “mergulhar na vida prática, tornar-se organizadores dos aspectos práticos da cultura, se quiserem continuar a dirigir”; não é mais possível, no mundo moderno, uma atitude intelectual como a do Renascimento.

As formas de luta de classes se alteram na medida em que os meios de comunicação de massa contribuem para consolidar a hegemonia tendo como instrumento a formação de um pensamento homogêneo que se traduz em um consenso passivo. Nesse contexto, atuam os intelectuais como comissários da hegemonia, ou seja, formadores de opinião e mantenedores da coesão pela formação do senso comum. Utilizando-se da fragmentação do pensamento, de teorias que entram e saem de moda como novas interpretações do real, mas que se delimitam pela descrição da aparência, os intelectuais formam um pensamento que, abstrato, ambíguo e parcial, sustenta a ordem instituída. A direção intelectual e política das massas torna-se fundamental na medida em que se consolida a hegemonia e se atua para conservar o instituído. Já na Revolução Francesa um exército invisível de livros asfaltou o caminho e preparou os homens e a sociedade para a revolução (GRAMSCI, 1978).

¹³ Se pensarmos no Reino das Duas Sicílias e na riqueza desenvolvida naquele longo período no Sul da península, a unificação conduzida pela burguesia do Norte foi desastrosa para essa região.

¹⁴ Esse tema foi por nós abordado no livro: *Hegemonia e Cultura – Gramsci*, publicado pela Editora da UFPR e tendo, em 2007, a sua terceira edição.

Nesse contexto, a atuação dos intelectuais é fundamental e Gramsci acentua esta função no âmbito da democracia burguesa ao fazer a crítica aos teóricos das elites: Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. No questionamento rigoroso dessas teorias do poder Gramsci explicita as características da democracia burguesa e a função dos intelectuais na formação do modo de pensar das massas.

Trata-se de mostrar que a teoria das elites concebe a política de modo restrito, a partir da afirmação de lideranças políticas que se legitimam pelo mérito e por sua origem de formação, a partir dos quais se atribuem o direito de dirigir e comandar as massas populares que, por sua condição histórica e social não se encontram aptas a governar¹⁵.

Essa postura elitista consolida-se na medida em que a estrutura da democracia burguesa, com sua forma de representação parlamentar e os mecanismos de absorção do transformismo, possibilita aos grupos dirigentes distanciarem-se das massas; completa-se com a ideia de chefe carismático de Robert Michels, cujo conceito de carisma Gramsci entende como problemático, incoerente e nebuloso para as massas que buscam um caminho de organização política, porque se nutre de sentimentos dependentes e elementares; um partido político de massa precisaria ser organizado não em torno de características individuais de seus líderes, mas “com base em uma concepção de mundo unitária” e expressiva de uma classe historicamente progressiva (Q. 2, p. 233).

O confronto de Gramsci com a teoria das elites esclarece conceitos fundamentais para o processo de organização política dos grupos subalternos, como a noção de democracia burguesa e seus limites na estrutura parlamentar, os conceitos de partido político e transformismo, enquanto mecanismos de cooptação dos intelectuais orgânicos formados nos movimentos de resistência dos trabalhadores que, na medida de sua fragilidade teórica e de sua assimilação ao discurso hegemônico, perdem suas lideranças para as classes dominantes. Uma das bases de sustentação do elitismo é o individualismo difuso no senso comum, além do discurso da meritocracia e do sistema jurídico que garante formalmente direitos de participação política sem colocar em questão a desigualdade de classes.

Para Gramsci, cabe salientar dois aspectos do conceito de elite de Pareto, importantes para se compreender a hegemonia burguesa: a teoria

¹⁵ Esse tema abordamos no V Colóquio Marx e Engels, realizado em Campinas em 2007. Anais publicados em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao4/Anita_Schlesener.pdf.

das elites é uma “tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e de sua função na vida estatal e social” (Q. 8, p. 956); explicita ainda o processo de cooptação das lideranças trabalhadoras, que são absorvidas na medida em que “um grupo subalterno que não conquistou ainda consciência de sua força e de suas possibilidades”, não tem clareza de suas funções históricas porque possui uma compreensão fragmentária e episódica de suas lutas e não consegue sair de uma fase inicial de organização (Q. 13, p. 1589).

Permanecer no âmbito de uma concepção de mundo econômico-corporativa fragiliza o movimento e abre a possibilidade de migração dos dirigentes no fenômeno do transformismo. Do mesmo modo que a teoria das elites de Pareto, o conceito de “classe política”, de Mosca, refere-se à formação dos intelectuais da classe dominante, porém de modo indefinido (Q. 12, p. 1513). Já ao conceito de líder carismático de Michels, Gramsci contrapõe a noção de partido político salientando as diferenças entre a prática política dominante e os objetivos do materialismo histórico (Q. 7, p. 864 e Q. 13, p. 1565).

A luta revolucionária do proletariado implica compreender e superar o projeto político e cultural dos dominantes para, com a formação de seus intelectuais e sua organização política, elaborar a sua identidade de classe e o seu projeto social e político alternativo. No contexto do qual parte Gramsci, significa explicitar e criticar o projeto liberal e seus desdobramentos na formação do senso comum. A questão do conhecimento e do domínio da linguagem é fundamental visto que as palavras, na sua ambiguidade e eficácia ideológica, revelam ou escondem as possibilidades históricas de transformação, na medida do seu poder de naturalizarem-se acentuando sua força misticadora.

A questão dos intelectuais no contexto das relações de hegemonia parte da constatação de que

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função social no mundo da produção econômica, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (Q. 12, p. 1513).

No caso da Itália, as políticas historicamente centralizadas e paternalistas desde o processo de unificação, bem como a ação da Igreja católica, criaram as condições de consolidação da separação intelectuais-povo, já existente no período medieval. O liberalismo limitou-se a incentivar uma cultura de elite de cujo grupo de intelectuais faz parte Benedetto Croce; seu

trabalho persistente de formação do senso comum por meio dos jornais e de uma produção teórica constante de releitura histórica amplamente conhecida na Itália. No curso da história a separação intelectuais-povo deixou um vazio no âmbito da literatura, a partir da ausência de interesse ou preocupação, por parte dos intelectuais, pelos problemas e sentimentos populares, fator que deixou o mercado editorial italiano livre para a influência de grupos intelectuais estrangeiros, principalmente a França (GRAMSCI, 1978)¹⁶.

No confronto das forças sociais em presença, as classes populares saem sempre debilitadas, com muitas dificuldades em sua organização política, visto que seus intelectuais cedo ou tarde migram para as trincheiras opostas. Ao assimilar pressupostos teóricos do liberalismo, os dirigentes dos grupos subalternos não conseguem superar a fase econômico-corporativa e caem no erro teórico de tomar o parcial pelo abrangente, caindo no que Dias (2012, p. 85) denomina de “capitulação ideológica”.

O nexo entre ideologias livre-cambistas e sindicalismo teórico é especialmente evidente na Itália, onde é conhecida a admiração por Pareto por parte de sindicalistas [...]. mas o significado dessas duas tendências, porém, é muito diverso: a primeira é própria de um grupo social dominante e dirigente; a segunda, de um grupo ainda subalterno, que ainda não adquiriu consciência de suas forças e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não sabe sair da fase de primitivismo (Q. 13, p. 1589).

Esse movimento de migração dos dirigentes dos grupos subalternos para os grupos dominantes Gramsci denomina de transformismo, conceito que significa, em linhas gerais, um processo de cooptação por parte das elites dominantes dos potenciais dirigentes das classes subalternas, aqueles que se destacam pela sua capacidade de organizar e dirigir um movimento. A impotência das massas em reagir a esse movimento migratório se encontra na dificuldade em elaborar um pensamento autônomo e abrangente, que permita entender o conjunto de relações que formam a estrutura da sociedade moderna.

16 Alguns fragmentos abordam a questão da ausência de uma literatura nacional-popular: a literatura popular desperta o interesse do público, não tanto pelo escritor, mas pelo personagem. Mas é a atitude do escritor, conforme Gramsci, que é essencial para o conteúdo; a “atitude é que determina o mundo cultural de uma geração e de uma época”. Por exemplo: em Manzoni e em Verga, “não são os ‘personagens populares’ o elemento determinante, mas a atitude dos dois escritores em face de tais personagens. [...] Em Manzini, há um paternalismo católico, uma *ironia* subentendida, indício de ausência de profundo amor instintivo por aqueles personagens”, sentimento ditado pela moral católica. “Em Verga, há uma atitude de fria impassibilidade científica e fotográfica, ditada pelos cânones do verismo, aplicado mais racionalmente do que por Zola” (Q. 8, p. 943).

A capitulação ideológica de seus líderes deixa os subalternos a mercê das contradições e da fragmentação, sem condições de dar forma concreta a suas reivindicações; mesmo assim, aqui e ali recomeçam os movimentos de resistência e de busca de projetos alternativos, que implicam tanto a organização política quanto o trabalho educativo e formativo de releitura da história. Na senda de Marx, que escrevia sobre os mecanismos da burguesia na luta de classes, Gramsci dizia, a propósito dos Conselhos de Fábrica, que a sociedade capitalista nasceu da luta contra o feudalismo e, depois de consolidada, precisou criar instrumentos de enfrentamento das massas operárias urbanas que, aliadas ao campesinato, pretendiam uma nova ordem social. Para tanto, criou todos os mecanismos ideológicos imagináveis para educar e disciplinar essa massa conformando-a aos objetivos de seu projeto econômico e político; quando estes instrumentos não funcionavam, recorria-se ao uso da força. Na situação italiana de 1920, Gramsci acentuava que a fase da luta de classes se encontrava diante de duas alternativas: ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário ou uma violenta reação da parte dos proprietários e do poder instituído:

Nenhuma violência será poupada para subjugar o proletariado industrial e agrícola a um trabalho servil: procurar-se-á despedaçar inexoravelmente os organismos de luta política da classe operaria (Partido Socialista) e incorporar os organismos de resistência econômica (sindicatos e cooperativas) nas engrenagens do Estado burguês (GRAMSCI, 1975, p. 117)¹⁷.

O que se depreende dessa leitura é que a questão da hegemonia vai muito além de um processo de governança por meio do consenso como, em geral, se entende. Hegemonia significa luta de classes, luta que se renova com outros nuances no movimento de colocação e superação das contradições econômicas, sociais e políticas que formam, na sua articulação e entrelaçamento, a estrutura da sociedade. Assim como as classes populares procuram criar formas de resistência, a classe dominante cria mecanismos de absorção de dirigentes, de conformismo ao sistema vigente por meio da formação do senso comum, da crença na neutralidade do conhecimento e na existência de uma verdade eterna, naturalizando os fatos sociais e históricos.

¹⁷ Se tornou uma prática comum no curso da história do capitalismo: despedaçar os organismos de luta política e cooptar os dirigentes; para tanto, usa-se a força da polícia ou do exército, não apenas no caso das ditaduras militares, mas no caso de greves que se transformam em mecanismos de resistência, haja visto o ocorrido com os professores e funcionários públicos no Estado do Paraná em 29 de abril de 2015. Do mesmo modo, as torturas cometidas durante a ditadura militar contra os jovens resistentes, estende-se de outras maneiras nos cárceres superlotados com pequenos delinquentes, muitos ainda jovens, sem condições de acesso ao saber necessário para o mercado de trabalho. E os representantes da burguesia procuram criar novos mecanismos para diminuir a idade penal, sem considerar as condições econômicas e sociais que submetem grande parte dessa população carcerária.

Nesse contexto, a questão dos intelectuais, assim como a da cultura ou a da literatura, é uma questão fundamentalmente de luta de classes, de projetos sociais opostos e contraditórios que se confrontam na disputa pela hegemonia. De modo que não se pode, de modo algum, fazer uma abordagem culturalista ou pós-moderna com o aporte teórico gramsciano, porque seu pensamento é profundamente dialético e revolucionário, voltado a reconhecer as contradições do movimento histórico e a evidenciar as relações que concretizam a luta de classes. Este aporte pode nos servir para entender as condições sociais e políticas do capitalismo do século XXI e, neste sentido, a atualidade de seu pensamento; mas sempre sem esquecer o contexto histórico e político no qual essas ideias foram geradas, sem esquecer igualmente a história da luta dos trabalhadores italianos por uma nova ordem social e política, o pano de fundo da revolução socialista.

Como acentua Mordenti (2007, p. 42), para Gramsci a revolução era um fato atual “(o que não significava iminente e menos ainda, inevitável), vale dizer, estava *na ordem do dia* da história”. E para exemplificar retoma uma leitura que Gramsci faz (de memória) de *O Capital*, a fim de mostrar a atualidade de seu pensamento. A citação é do fragmento 33 do Caderno 10, na crítica à interpretação de Croce sobre a queda tendencial da taxa de lucro. Gramsci demonstra que, maldosamente¹⁸, Croce concentra-se no volume III sem citar ou relacionar o conteúdo desse volume com o primeiro volume do *O Capital*, onde se trata da mais-valia relativa; e Gramsci conclui: “pode-se imaginar quando a contradição atingirá um nó górdio, normalmente insolúvel, exigindo a intervenção de uma espada de Alexandre?” Isso poderá acontecer “quando toda a economia mundial se tornar capitalista e atingir um certo grau de desenvolvimento”, ou seja, quando “o mundo capitalista tiver alcançado as suas colunas de Hércules”; cabe entender que a produção de “mais-valia relativa tem limites que são dados, por exemplo, do ponto de vista técnico, pela extensão e pela resistência elástica da matéria” e, socialmente, pela “quantidade suportável de desemprego em uma determinada sociedade”. De outro modo, “a contradição econômica

18 “Croce apresenta como objeção à teoria exposta no terceiro volume a parte que está contida no primeiro volume, ou seja, expõe como objeção à lei da queda tendencial da taxa de lucro a demonstração da existência de uma mais-valia relativa devida ao progresso técnico sem, contudo, referir-se uma única vez ao primeiro volume, como se a objeção tivesse saído do seu cérebro ou como se fosse algo do bom senso” (Q. 10, p. 1278). A crítica à leitura de Croce se aprofunda no parágrafo 36 do Caderno 10 (p. 1281-1282), onde Gramsci mostra como Croce faz uma análise parcial ao esquecer o trabalho socialmente necessário para a acumulação do capital, bem como os demais mecanismos aos quais os industriais recorrem para evitar a queda tendencial da taxa de lucro, tomando como exemplo o taylorismo e o fordismo.

torna-se contradição política e se resolve politicamente por uma subversão da praxis” (Q. 10, p. 1279).

Para Mordenti (2007, p. 176) Gramsci certamente utiliza o conceito “subversão da praxis” no lugar de “revolução”, uma palavra que não utiliza por motivo de censura carcerária. Os Cadernos 13, 15 e 25 colocam questões importantes que apontam nesta direção e que foram pouco abordadas no contexto das leituras de Gramsci no Brasil.

A hegemonia e a luta de classes: a possibilidade de violência insurrecional

Prestar atenção no presente, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade (Q. 9, p. 1131).

O Caderno 13 traz o título: *Notas sobre Maquiavel* e consideramos um Caderno fundamental para se explicitar a questão da hegemonia. Nele encontramos a distinção entre grande e pequena política, o entrelaçamento entre teoria e prática na construção tanto das relações políticas quanto das análises teóricas dessas relações e, principalmente, um estudo sobre os vários níveis de relações de força na formação dos sistemas hegemônicos que culminam na organização dos Estados. Partindo de uma crítica ao modo desordenado de apresentar as observações empíricas em alguns tratados de ciência política, como o livro de Gaetano Mosca, Gramsci elenca os níveis de relações de força:

[...] a começar pela relação das forças internacionais (onde teriam lugar notas sobre o que é uma grande potência, sobre agrupamentos de Estados em sistemas hegemônicos e sobre os conceitos de independência e soberania no que se refere a pequenas e médias potências), passando para as relações sociais objetivas, isto é, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos no interior do Estado) e às relações políticas imediatas (ou seja, potencialmente militares) (Q. 13, p. 1562).

No caso de entender a estrutura, as relações econômicas e sociais fundamentais precedem as relações internacionais, que se modificam na medida em que acontecem mudanças orgânicas na estrutura. E Gramsci segue explicitando o entrelaçamento entre as condições econômicas e sociais objetivas e as relações internacionais, acentuando as formas como as forças partidárias internas atuam e expressam as relações de subordinação de grupos nacionais aos interesses internacionais (Q. 13, p. 1562).

Essa abordagem pode ser encontrada também no Caderno 10, em que Gramsci acentua que esse tema pode ser relacionado com “a abordagem moderna da teoria e da prática pedagógica segundo a qual a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de reciprocidade”, devendo-se entender por pedagógico o conjunto de relações que perpassam a estrutura social, desde a relação dos indivíduos entre si, até as relações entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos. “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, que ocorre entre as diversas forças internas a uma nação quanto entre nações (Q. 10, p. 1331).

Essa questão é importante primeiro porque amplia a questão pedagógica para acentuar que a educação perpassa a estrutura social num processo de formação contínua que ocorre no cotidiano dos indivíduos e no conjunto de relações de força que constituem a organização da sociedade e as relações (econômicas, políticas e culturais) internacionais; segundo, porque acentua a dimensão política da educação em todos os âmbitos da sociedade¹⁹.

Cabe acentuar que as observações sobre a hegemonia e o pedagógico do Caderno 10 vêm precedidas pela questão da linguagem a partir de uma crítica ao pragmatismo de Vailati. Gramsci acentua que, com relação ao pragmatismo, como outras filosofias, não existe uma referência “seja à totalidade do sistema ou ao seu núcleo essencial”. E completa dizendo que toda linguagem é também cultura e filosofia, ou seja, história e política. A “cultura, nos seus vários graus, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos” que se entendem entre si em graus diversos, diferenças que se apresentam na linguagem (Q.10, p. 1330).

O que se depreende desse conjunto é que o “modo de vida materializa a passagem das macroestruturas (relações capital-trabalho na sua forma mais abstrata) às micro relações (o cotidiano das classes)” (DIAS, 2012, p. 51). O nosso modo de ser e de nos expressar cotidianamente traduz o conjunto de relações econômicas, sociais, políticas e culturais das quais fazemos parte e, na medida em que não temos clareza dessas relações estruturais, vivemos as contradições dessa realidade e nos conformamos à dominação. A divisão social do trabalho e a conseqüente divisão governantes-governados, dirigentes-dirigidos, fundamenta e perpassa as relações vividas na família, na escola, na empresa, na formação de grupos sociais e toma expressão no

¹⁹ Essa questão é importante na medida em que, na fase da política neoliberal e do desmantelamento da estrutura da escola pública em todos os países nos quais essa política se aplica, a responsabilidade de educar é atribuída unicamente ao professor, responsabilizado pelo fracasso escolar.

nosso modo de pensar e de conceber o mundo. Nisso consistem as relações de hegemonia e também as relações pedagógicas que sustentam o nosso cotidiano.

A questão que se coloca é: como subverter a praxis? Primeiro, tendo clareza que o que fundamenta a hegemonia é a luta de classes; segundo, que a hegemonia se produz pela articulação entre dominação e formação do consentimento, o que supõe ter o controle da linguagem (e do conhecimento) e da ideologia como prática de poder; terceiro, ter clareza que, nesse contexto, os subalternos, ou seja, tanto as classes trabalhadoras quanto os que se encontram à margem da história, são reduzidos ao conformismo social, porque são excluídos do conhecimento efetivo.

Cabe acentuar, como bem lembra Marcuse (1999, p. 79) a propósito das rebeliões de 1968 retomando Marx, as “revoluções são sempre tão violentas quanto a violência à qual se contrapõem”. E Gramsci acentuava essa característica já em 1917, no artigo *Três princípios, três ordens*: a multidão teme mudanças radicais, porque forma a “imagem de uma coisa de violentamente lacerada; não vê a ordem nova possível, melhor organizada e mais vital” que pode ser construída (GRAMSCI, 1975, p. 73-74). Em geral, no senso comum, entende-se violência a luta aberta, o enfrentamento com armas e não a violência cotidiana presente na fome, na miséria, na exploração do trabalho. E, na senda dos conceitos abstratos, espera-se a paz e a harmonia, como se elas fossem possíveis numa sociedade profundamente dividida e desigual.

Desta perspectiva, a questão da hegemonia precisa ser reformulada: sua base é a luta de classes, mas ela assume outras dimensões na medida em que a hegemonia cria novos mecanismos de dominação pela via da formação e consolidação de um consenso passivo. Torna-se necessário identificar a ideologia dominante e conhecer os códigos de leitura, porque a linguagem é política e metafórica. Existem palavras que, por serem abstratas ou naturalizadas no contexto da ideologia dominante, se apresentam como engodos; exemplos existem muitos: ordem, liberdade, igualdade, emancipação humana. O erro não se encontra nas palavras, mas na não identificação da realidade que elas escondem por meio da ideologia que elas veiculam.

A eficácia política da ideologia veiculada por meio dessas palavras se traduz em obnubilar seu significado histórico e efetuar uma aprendizagem desses conceitos como se fossem naturais. Quando um conceito se naturaliza, perde-se a compreensão de sua historicidade e ele se congela, se fortalece

e adquire uma força de conservação. Assimilar desta maneira os conceitos implica tomá-los como se fossem verdades absolutas. O passo seguinte é considerar como errado e descartável tudo o que se opõe a estes significados congelados. Pensar a ordem como natural leva a entender que ela não pode ser mudada e que tudo o que a ameaça se apresenta como um perigo. A “naturalidade” estende-se a outros conceitos, que dificultam a aceitação do diferente, do novo, do contraditório. O pensamento se imobiliza, não reconhece outra perspectiva, não dialoga e se congela em dogmas.

Nesse contexto, temos que considerar o que Gramsci chama de “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal: trata-se da “natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do universal”, que implica a agitação e a propaganda, etc. “Alguns reduziram a teoria da ‘dupla perspectiva’ a algo de mesquinho e de banal, a nada mais que a duas formas de ‘imediatividade’ que se sucedem mecanicamente no tempo”, esquecendo a complexidade e a dialeticidade dessa articulação (Q. 13, p. 1576). Em outras palavras, reduz-se a hegemonia ao consenso enquanto acordo entre partes, a uma simples adequação de interesses entre partes iguais, omitindo completamente que, na sociedade capitalista, a igualdade é um mito.

A metáfora do Centauro nos permite entender a hegemonia enquanto confronto, relações de forças, submissão do mais fraco, mistificação da realidade a partir de um discurso parcial apresentado como universal. Como acentua Dias (2014, p. 25), a mistificação se apresenta na construção de consensos num contexto no qual o “embate de projetos é apresentado como um choque entre a verdade (dos dominantes) e o erro (dos antagonistas), ou mesmo como uma guerra entre o bem e o mal”. As “ideologias dos dominantes nunca são apresentadas como ideologias e sim como projetos” enquanto qualquer pensamento crítico é apresentado como ideológico e, dos subalternos, não se reconhece projeto algum.

Nesse contexto, a hegemonia se traduz em um poder legítimo, porque é reconhecido pela maioria como um movimento no qual o consenso substitui a força explícita e diminui a sua necessidade; mas sem se analisar o modo como se consolida esse consenso, não se compreende a fundo as verdadeiras implicações da hegemonia no contexto do capitalismo. O domínio desdobra-se na direção, reforça-se por meio dela, amplia-se e se difunde no modo de pensar, na medida em que se ampliam e se tornam cada vez mais sofisticados os mecanismos de dominação ideológica que

alimentam o consenso político na sua ação permanente e reiterada de persuasão e consolidação do senso comum. Como acentua Burgio (2014, p. 239), os Cadernos nos apresentam “o estudo das relações hegemônicas” como o “lugar privilegiado de análise do caráter ambivalente da relação política no ‘mundo moderno’[...]”. Na senda aberta cabe analisar a questão das relações de força que, embora extremamente desiguais, tornam-se a via para construir a insurreição, pano de fundo das reflexões de Gramsci, que não abriu mão de suas expectativas revolucionárias, mesmo que a longo prazo e no curso de gerações.

Para explicitar a correlação de forças, retomamos o parágrafo 17 do Caderno 13 (p. 1579), no qual Gramsci parte dos dois princípios elencados por Marx no *Prefácio à Crítica da Economia Política de 1859* e reescritos da seguinte forma: 1) “nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes”; [...] 2) que “nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações”. Esses princípios são fundamentais para identificar o movimento estrutural ou orgânico e suas contradições, bem como as relações de força que se confrontam e interagem reciprocamente na construção da hegemonia. Esses princípios servem como ponto de partida para explicitar o movimento contraditório no qual as relações de produção e as forças produtivas se objetivam e a necessidade de compreender corretamente esse movimento a fim de construir as condições políticas e ideológicas de sua superação. Gramsci cita como exemplo os acontecimentos da Revolução Francesa a fim de evidenciar suas contradições internas, acentuando que o processo iniciou-se em 1789 com a derrota do Antigo Regime e se consolidou em 1871, com a derrota da nova classe emergente ocorrida na Comuna de Paris. Acentua ainda os desacordos entre os historiadores em reconhecer o momento em que a revolução se completa e como a vida política se equilibra na hegemonia burguesa (Q. 13, p. 1581).

A questão metodológica é reconhecer o movimento orgânico, distinguir os fatos de conjuntura e estabelecer sua relação com as articulações estruturais, identificando os momentos de crise, de progresso ou de refluxo do movimento. A “relação dialética entre as duas ordens de movimento (conjuntural e estrutural) e, portanto, de pesquisa, dificilmente são estabelecidas de modo correto”, o que se traduz não apenas em erro historiográfico, mas principalmente um erro de graves consequências para a vida política (Q. 13, p. 1580). Desse modo, Gramsci supera a oposição estrutura-superestrutura

e suas implicações deterministas ou idealistas com a articulação dialética entre econômico-social, político-ideológico a ser identificada no movimento orgânico e histórico.

Colocar corretamente a questão das relações de forças e identificar a sua articulação dialética permite explicitar a questão da hegemonia para além de sua interpretação parcial e liberal na redução do consenso à ideia de acordo entre iguais. Essa posição muitas vezes se apresenta no próprio movimento sindical, cuja política reduz o movimento aos limites do econômico corporativo, difícil de superar sem da dimensão das contradições em presença²⁰. Entender o movimento contraditório por meio do qual ocorre o embate entre as forças sociais e os caminhos de resistência que as classes subalternas procuram criar na luta pela hegemonia é fundamental para uma transformação.

O erro de interpretação que se encontra na base da formulação liberal e mesmo sindical é a separação entre sociedade política e sociedade civil, que transforma o Estado em uma entidade abstrata e acima das diferenças sociais, possibilitando entender a luta pela hegemonia como algo a ser efetuado primeiro na sociedade civil. As possibilidades de cooptação dos dirigentes, de absorção de algumas demandas sociais por reformas e políticas compensatórias, possibilitam dissolver os movimentos de resistência pelo mecanismo que Gramsci denomina transformismo. Com esses mecanismos, aliados ao poder de formação ideológica do consentimento passivo, os grupos subalternos são absorvidos e não conseguem superar os limites da fase econômico-corporativa.

A partir desse contexto, as condições de realizar o que Gramsci denomina “subversão da praxis” tornam-se muito difíceis. A tarefa dos intelectuais continua a ser a de “combater as ideologias modernas nas suas formas mais refinadas” e “absorver todas as forças, tanto ‘quantitativa’ quanto ‘qualitativamente’, a fim de criar uma nova concepção de mundo capaz de alimentar um novo projeto social e político” (Q. 4, p. 422). Porque a nova dimensão da luta de classes é ideológica e exige apropriar-se de uma perspectiva crítica e

20 Interessante acentuar a crítica de Gramsci ao sindicalismo teórico de sua época, mostrando que, nos limites do pensamento liberal, essa forma de sindicalismo permanece nos limites do econômico-corporativo e, na medida em que representa um grupo subalterno, o impede, por meio de sua política, de se tornar dominante. No “caso da independência e autonomia do grupo subalterno” que esta forma de sindicato representa “são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante”. “Exclui-se a transformação do grupo dominado em dominante, ou porque o problema sequer é formulado [...], ou porque é apresentado de modos incongruentes e ineficientes (tendências social-democráticas em geral), ou ainda porque se afirma o salto imediato do regime dos grupos àquele da perfeita igualdade e da economia sindical” (Q 13, p. 1590-1591).

abrangente a fim de enfrentar a luta pela hegemonia. Isso significa, no campo do conhecimento, desmistificar os conceitos naturalizados e a pretensão de neutralidade, recuperar a historicidade concreta da vida, identificar as contradições para superá-las, entender que a luta de classes acontece no cotidiano, no modo de vida e de pensar. Trata-se de compreender que, na sociedade, nada é natural, tudo é histórico.

Gramsci, na solidão do cárcere e a partir da análise histórica da Revolução Francesa e do Risorgimento, material histórico concreto que tinha como referência, acentua a importância política para os grupos subalternos de um pensamento próprio e articulado, garantia de clareza das relações de força e da possibilidade de transformação. E por meio dessas análises reflete sobre as possibilidades de os grupos subalternos criarem as condições de resistência e de organização política. Tais condições se apresentam nos momentos de crise de hegemonia, não apenas como crise econômica, mas como crise política e ideológica da classe dirigente.

A crise orgânica, em virtude da própria estrutura do Estado e do ideário liberal que forma o senso comum, aparece como crise política, dos partidos e dos grupos que governam e que não conseguem “construir uma direção política permanente e de longo alcance” (Q. 15, p. 1807), mas esconde problemas de fundo, que podem aflorar no conjunto de relações de forças entre classes. A crise apresenta determinadas características ideológicas que precisam ser identificadas, por exemplo, lamenta-se a “onda de materialismo”, que está “vinculada com o que se chama ‘crise de autoridade’”. Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’[...]”, isso “significa que as grandes massas se afastaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais naquilo que acreditavam antes, etc.” (Q. 3, p. 311).

Se a crise se estende e o grupo governante não consegue se entender, por vários motivos, as massas até então passivas podem iniciar um movimento de organização. Os sindicatos desempenham uma função importante neste processo, “não o fenômeno sindical entendido no seu sentido elementar de associacionismo de todos os grupos sociais para qualquer fim”, mas um sindicalismo de nova formação que, pela sua atuação, pode iniciar o processo de organização política para “mudar a estrutura política da sociedade” (Q. 15, p. 1808).

A esse primeiro passo devem agregar-se outros, com a criação de novas instituições de organização política e de formação ideológica, capazes tanto

de unir em torno de um projeto alternativo quanto de conquistar adesão dos intelectuais tradicionais. Trata-se de uma tarefa de longo prazo, com idas e vindas e que pode resultar na efetivação de um projeto alternativo, ou seja, Gramsci confia na revolução e explicita as suas possibilidades, embora ressaltando as dificuldades de trilhar este caminho.

No contexto do capitalismo a luta pela hegemonia se torna uma luta ideológica, algo que, segundo Edelman (2016, p. 77) Engels já acentuava: na “luta ideológica, há um conteúdo explícito e um conteúdo latente. O conteúdo explícito é a ideologia burguesa tomada literalmente, voltada contra ela própria; o conteúdo latente é a abolição das classes”. Explicitar o conteúdo latente é a tarefa tanto dos movimentos sociais no caminho de sua organização política quanto de uma educação escolar que se pretenda crítica e ensinar a ler a realidade.

Subversão da praxis X revolução passiva: a atualidade de Gramsci

*Tarefa da infância: integrar o novo mundo ao espaço simbólico.
A criança é capaz de fazer algo que o adulto não consegue:
rememorar o novo (BENJAMIN, 2009, K 1a, 3, p. 435).*

Movimentos insurrecionais e as mais variadas formas de resistência cultural e política sempre existiram ao longo da história da sociedade capitalista. Marx acentuava, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, a diferença principal entre as revoluções burguesas e a possível revolução proletária: a primeira, depois de um período de ascensão se consolida e se estabiliza; a segunda, passa por derrotas que exigem recomeçar tudo novamente muitas vezes do zero. São revoluções que precisam fazer a crítica de si próprias:

[...] interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: Hic Rhodus, hic salta! Aqui está Rodes, salta aqui! (MARX, 1977, p. 21).

Para explicitar as bases dessa luta entre David e Golias que, no curso do século XX, tomou novas dimensões, precisamos partir de duas observações de Gramsci sobre critérios metodológicos: 1) a “história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica” e em sua

atividade histórica “existe a tendência para a unificação, ainda que de forma provisória, mas esta tendência é sempre rompida pela iniciativa dos grupos dominantes” (Q. 25, p. 2283); 2) a “unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados”. Porém, não se trata de uma “unidade puramente jurídica e política”, mas fundamentalmente de uma unidade cujo “caráter concreto é o resultado das relações orgânicas entre Estado, ou sociedade política e ‘sociedade civil’[...]” (Q. 25, p. 2287-2288). Ou seja, a unidade histórica e orgânica que se expressa no Estado é vivida de modo rigoroso apenas pelas classes dominantes e, por isso, faz-se necessário fazer a crítica da historiografia. As classes subalternas não possuem uma unidade histórica, ou seja, conforme Gramsci, vivem à margem da história enquanto subordinadas ao modo de ser e de pensar hegemônicos, sendo necessário e imprescindível explicitar a sua história.

Essa subordinação assume formas variadas que passam pela aceitação dos fatos como naturais, pela formação do imaginário social tendo a ideologia como prática de poder e por outros mecanismos de subordinação que Gramsci explicita no conceito de revolução passiva que perpassam os cadernos na análise dos movimentos revolucionários europeus e italianos, material empírico concreto a partir do qual Gramsci redefine e amplia este conceito, apresentado por Vincenzo Cuoco na obra *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Trata-se de explicitar as formas conservadoras e reformistas de construção dos Estados modernos, no caso, o processo de unificação italiano, ou: como, “sob um determinado invólucro político se modificam necessariamente as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem” influenciando indiretamente e de modo quase imperceptível “as forças oficiais, que se modificam a si próprias quase sem perceberem” (Q. 15, p. 1818-1819).

Embora as forças em presença interajam entre si, como vimos, as classes subalternas não possuem ainda uma unidade e uma força organizativa que lhes permita tomarem a frente desse processo. Exemplo foram os movimentos de 1848-1849 na Itália e, posteriormente, pela atuação de Garibaldi e Mazzini no movimento de unificação. As massas populares são atuantes e tentam criar movimentos insurrecionais, mas não possuem ainda força organizativa e seus líderes acabam sendo cooptados, fortalecendo os grupos dominantes. No caso da unificação italiana, o que caracteriza a revolução passiva se resume no fato que a força dirigente vinha do Estado piemontês, que se fazia “[...]‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente,

colocando à sua disposição um exército e uma força político-diplomática” (Q. 15, p. 1823).

A unidade das classes subalternas não pode ocorrer enquanto essas classes não conquistarem o Estado, de modo que sua experiência se caracteriza pela fragmentariedade e heterogeneidade. Os “grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: somente a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”. Na realidade, mesmo em momentos de vitória, os grupos subalternos permanecem em “estado de defesa, em alerta”. Nesta medida, “qualquer traço de iniciativa autônoma da parte dos grupos subalternos deveria ser de valor inestimável para o historiador integral” (vale dizer, materialista) (Q 25, p. 2283-4).

A importância política de se escrever a história das classes subalternas se encontra em que este é um dos mecanismos de formação de uma identidade de classe, necessária para a luta por um novo projeto social e político. Os próprios grupos subalternos têm dificuldade em fazer este inventário e os intelectuais que representam os grupos dominantes lêem esses acontecimentos da perspectiva dominante; como exemplo, a história de David Lazzaretti:²¹ “em lugar de se estudar a origem de um acontecimento coletivo e as razões de sua difusão, do seu ser coletivo”, isola-se o protagonista central e se faz a sua biografia patológica; “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre alguma coisa de bárbaro ou patológico”, ou seja, de incompreensível. Essas ideias acabam formando a opinião pública com explicações restritivas, folclóricas, patológicas, o que se pode identificar nas narrativas sobre os Briganti (Q. 25, p. 2279).

Essa é a perspectiva de leitura da existência e das lutas dos *Briganti*, no Sul da Itália, por parte das elites dirigentes: os Briganti são entendidos como bandidos e não como líderes da resistência camponesa. Assim, Lazzaretti “foi morto aclamando a república”, quem sabe pela razão de que, no movimento que liderava, a “tendência republicana se misturava

21 David Lazzaretti foi um líder de movimento popular em forma de seita religiosa no século XIX, na Toscana; manifestou-se em favor da Comuna de Paris e defendia a instauração de uma república. A força do movimento popular por ele liderado mobilizou o exército em sua caçada, sendo fuzilado em 1878. “Os homens políticos não se ocupam do fato que o assassinato de Lazzaretti foi de uma crueldade feroz e friamente premeditada (na realidade Lazzaretti foi fuzilado e não morto em combate: seria interessante conhecer a investigação reservada enviada pelo governo às autoridades); nem os republicanos se ocuparam (pesquisar e verificar) embora Lazzaretti tenha morrido exaltando a República (o caráter tendencialmente republicano do movimento, que poderia difundir-se entre os camponeses, deve ter contribuído para determinar a vontade do governo de exterminar o protagonista)” visto que a “tendência republicana era bizarramente misturada ao elemento religioso e profético” (Q. 25, p. 2280). Essa análise de Gramsci nos faz recordar Canudos e Contestado no Brasil.

ao elemento religioso e profético”, próprio da cultura popular camponesa. Mas, precisamente essa mistura “representa a característica principal do acontecimento, porque demonstra a sua popularidade e espontaneidade”. Esse movimento “mostrou ao governo a tendência subversiva-popular-elementar que podia nascer entre os camponeses” (Q. 25, p. 2280).

A estratégia de desmobilização utilizada pela classe dominante é isolar o líder para cooptá-lo ou assassiná-lo e, em seguida, desmobilizar os que fazem parte do movimento. Quando as ações são centralizadas em indivíduos, a atenção do público é desviada do objetivo principal e o público “torna-se ‘expectador’ de uma luta de gladiadores” (Q. 8, p. 982). A importância de uma história das classes subalternas consiste em que história e política se articulam e se identificam: “todo historiador é também um político” e “toda história é história contemporânea” (Q. 10, p. 1842). Existem, sempre, elementos de resistência na vida e nas ações das classes populares, os quais precisam ser identificados e incentivados como base de uma consciência de classe.

Para unificar um movimento a fim de encaminhar a luta por uma nova ordem social e política é fundamental que se criem organizações que viabilizem o processo de unificação. Na sua juventude militante, Gramsci participou da organização dos Conselhos de Fábrica e não se cansou de formar grupos de estudo e de formação, participando ativamente da elaboração e publicação de jornais destinados à formação dos trabalhadores. Elemento articulador importante é o Partido, que tem a função de unificar as tendências em presença e criar as condições de unificação dos grupos subalternos, procurando explicitar as condições de suas lutas e atuando para que saiam de sua situação de espontaneidade para se tornarem também dirigentes, porque Gramsci questiona a existência de uma vanguarda acima das massas²².

Nesse contexto, escrever a história dos grupos subalternos implica seguir determinados critérios metodológicos, que Gramsci descreve da seguinte forma:

É necessário estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, por meio do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, a sua difusão quantitativa e a sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, dos quais conservam, por um certo tempo, a mentalidade, a ideologia e os objetivos; 2) sua adesão, de

²² Esse tema foi por nós tratado no livro: SCHLESENER, A. H. *Antonio Gramsci e a política italiana – pensamento, polêmicas, interpretação*. Curitiba: UTP, 2005.

modo ativo ou passivo, às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tem tais tentativas na determinação dos processos de decomposição e de renovação ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos subalternos; 4) as próprias formações dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas ainda nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (Q. 25, p. 2288).

Esse quadro esclarecendo critérios metodológicos de leitura visa a explicitar o movimento de organização política dos grupos subalternos no interior das relações de força e dos mecanismos de submissão que caracterizam a hegemonia dominante. Gramsci acentua que essa lista de encaminhamento de análise crítica pode ser ainda mais detalhada, com fases intermediárias e combinações dessas fases. Implica entender o conjunto de relações de força (ou os desdobramentos da luta de classes) no contexto da estrutura do modo de produção capitalista, bem como os mecanismos de cooptação e de submissão ideológica que caracterizam as relações de hegemonia na sociedade moderna.

O ordenamento no qual Gramsci elaborou esses critérios demonstra: primeiro, o desdobramento das contradições e a desigualdade de forças na luta entre dominantes e dominados para construir uma iniciativa autônoma da parte dos movimentos sociais e, segundo, que esta dificuldade demonstra que a desarticulação ocorre em função da própria condição de subalternidade. Isto acontece porque o Estado atua como organizador e educador para as classes dominantes, de modo que as classes subalternas, enquanto não se unificarem politicamente em um Estado, podem ser desarticuladas pelos mecanismos dominantes; ou seja, seus limites se colocam a partir de uma atuação que precisa ser construída dentro da ordem vigente e que, neste contexto, pode ser, a qualquer momento, cooptada e desarticulada. O historiador materialista deve evidenciar e justificar a linha de desenvolvimento em direção à autonomia integral desde as fases mais primitivas de resistência, evidenciando “cada manifestação do soreliano ‘espírito de cisão’[...]”, ou seja, explicitando as contradições e o movimento de sua superação (Q. 25, p. 2288). A propósito do conceito soreliano “espírito de cisão” Gramsci escreve no Caderno 3:

O que se pode contrapor, da parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O

espírito de cisão, ou seja, a progressiva conquista da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a ampliar-se da classe protagonista para as classes potencialmente aliadas: tudo isto requer um complexo trabalho ideológico, [...] (Q. 3, p. 333).

O espírito de cisão implica, portanto, um intenso trabalho de organização política e preparação ideológica a fim de construir as bases de um movimento revolucionário contando com a aliança entre a classe inovadora e as demais classes subalternas. Essa tarefa, que é dos intelectuais, exige identificar, num determinado momento histórico, o processo de formação de uma vontade coletiva, decorrente da proposição de que “a sociedade não se põe problemas para cuja solução ainda não existam as premissas materiais”.²³ Implica explicitar como se formam as vontades coletivas e como estas se “propõem objetivos imediatos e mediatos concretos”, direcionando a sua ação para um determinado fim. E Gramsci descreve as fases de estudo para explicitar “concretamente a formação de um movimento histórico coletivo” (Q. 8, p. 1057).

Essas condições precisam ser abordadas pelo partido das classes subalternas e por seus intelectuais orgânicos e o historiador deste processo precisa estar atento para a complexidade deste movimento, para as repercussões da atividade partidária e as forças internas ou tendências que tendem a assumir a direção, assim como o envolvimento efetivo das massas. Para os grupos subalternos, a importância de conhecer esse processo está em identificar-se como grupo ou classe social reconhecendo também a função do grupo dominante, a fim de criar as condições de enfrentamento político. Retomamos novamente aqui o caso de Garibaldi e Mazzini que, conforme Gramsci, não tinham clareza do conjunto de relações de força do qual participavam, enquanto Cavour tinha consciência clara tanto de sua função quanto da de Garibaldi e de Mazzini, de modo que o Partido Moderado, dirigido por Cavour, tinha o Partido da Ação “no seu bolso” (Q. 19, p. 2010).

A partir desses pressupostos, cabe acentuar a importância da educação enquanto formação política (partido), mas também a educação formal veiculada na escola, como elemento formador por meio da apropriação dos códigos de leitura e interpretação (do pensamento e da realidade). O domínio do conhecimento e da estrutura da linguagem se tornam fundamentais para elaborar a independência e a autonomia dos grupos subalternos,

²³ Trata-se do Prefácio de 1859 da obra de Marx Para a Crítica da Economia Política, retomado por Gramsci como base de suas reflexões sobre a articulação entre economia, política e história, a fim de explicitar as condições concretas de organização do movimento revolucionário.

principalmente num momento em que o conhecimento se tornou fundamental para a manutenção das estruturas de poder. O capital, para reproduzir-se, precisa de condições políticas que se mantêm e se reproduzem por meio das formas de representação ideológica, o que dá uma significação política para a cultura e todas as formas de expressão artística, consolidando modos de ser e de pensar adequados ao movimento de apropriação que sustenta este sistema.

Todo processo educativo parte de uma perspectiva ideológica que não pode ser ignorada nem o conhecimento pode ser apresentado como neutro, assim como as relações sociais não podem ser apresentadas como naturais, porque deste modo se eternizam. Como acentua Broccoli (1977, p. 106), a “relação educativa, em sentido estrito, não é transmissão de cultura”, mas sim o trabalho de formar a “consciência de historicidade dos indivíduos”, ou seja, “inserir o homem na história e dar à criança a medida do contraditório da realidade e da dialética do desenvolvimento histórico”, pressupostos importantes para subverter a praxis.

Desta perspectiva, a escola deveria ser completamente transformada em sua estrutura interna e em sua forma de ensino, algo muito difícil de ocorrer sendo que as políticas públicas emanam da ordem instituída visando conservá-la. A tentativa poderia se concretizar se articulada ao movimento de organização política dos grupos subalternos na luta pela hegemonia. Mas o que aconteceria se, nas “escolas primárias e secundárias as ciências naturais e físicas fossem ensinadas na base do relativismo de Einstein?” Antes disso, o senso comum precisa ser modificado e “se o ambiente é o educador, esse, por sua vez, deve ser educado” (Q. 10, p. 1425-1426)²⁴.

Quando retoma a Tese 3 de Marx contra Feuerbach, Gramsci acentua que o ambiente é educador, entendendo que a educação é um processo que envolve a vida individual e social e que as relações de força nas quais se embatem os grupos sociais na luta pela hegemonia formam a base desse movimento que perpassa a vida de todos. Os grupos subalternos precisam da escola, mas também de órgãos independentes de formação política e cultural, a fim de elaborarem e defenderem um projeto social alternativo. A luta de classes, para sustentar a ordem econômica e social, passa pela formação do imaginário. Na medida em que a ideologia se transforma em

²⁴ Para o nosso tempo e espaço a pergunta é outra: pode a escola responder aos interesses de formação das classes trabalhadoras numa sociedade profundamente desigual, na qual não se respeitam os mínimos direitos civis? Como renovar o ensino escolar num contexto de conformismo e de conservadorismo como este que grassa em nossa sociedade? Se o ambiente é educador, nosso desafio é hercúleo.

instrumento de formação da opinião pública, de naturalização da história e da cultura dominante, a formação de um modo de pensar autônomo das classes subalternas a partir de sua mobilização política torna-se fundamental.

Gramsci já anunciava nos Cadernos do Cárcere que a força da elite na manutenção do projeto hegemônico estava no não reconhecimento dos seus vínculos de classe. Entendendo-se como intelectuais “puros” e “qualificados” para as suas funções, “colocam-se a si próprios como autônomos e independentes do grupo social dominante” (Q. 12, p. 1515). Um movimento bem organizado e com clareza de objetivos pode conquistar para si esses intelectuais.

Por outro lado, as dificuldades que se apresentam são imensas, a partir dos mecanismos de cooptação política e ideológica dos quais as classes dominantes lançam mão para desmobilizar e calar as classes subalternas, no processo que Gramsci explicitou como revolução passiva. Esse movimento também denominado “revolução pelo alto” pode ocorrer de várias maneiras; ocorre quando, por exemplo, por intervenção do Estado, introduzem-se algumas mudanças que respondem a demandas sociais, mas não alteram o sistema de apropriação do lucro; ou ainda quando se efetuam alianças políticas que absorvem lideranças sociais importantes, como foi o caso do Risorgimento nas alianças entre Partido Moderado e Partido da Ação, denominado por transformismo a partir de suas referências históricas (Q. 19, p. 2010-2011).

O transformismo torna-se um mecanismo importante para o exercício da hegemonia e para a desmobilização dos movimentos sociais e insurrecionais. A dialética entre conservação e inovação, que se traduz no conceito de “revolução passiva” e que, na linguagem moderna pode ser denominado “reformismo” assumido como programa, é uma forma de exercer a hegemonia no contexto das democracias modernas, como mecanismo de desagregação dos movimentos sociais e de formação do consentimento passivo de grandes massas. Assim como o Risorgimento, também o fascismo se apresenta como “a ‘forma’ de revolução passiva própria do século XX, como o liberalismo o foi do século XIX” (Q. 8, p. 1089).

O ‘transformismo’ não é mais que a expressão parlamentar do fato que o Partido da Ação é molecularmente incorporado pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado (Q. 19, p. 2042).

Por suas características, o transformismo deixa os grupos subalternos acéfalos por um longo período. Enquanto parte do processo de revolução

passiva, o transformismo demonstra também a fragilidade dos partidos políticos que não conseguem se organizar em torno de um programa que expresse um projeto de sociedade e abrem a possibilidade para a realização de interesses individuais. A exemplo do Risorgimento, a “ausência de programa concreto, com tendência geral, é uma forma de ‘mercenarismo’ fluído”, cujos componentes do partido acabam por alinhar-se com o mais forte, aquele que paga melhor, etc. (Q. 17, p. 1932).

Como acentua Dias (2012, p. 76), “construir a autonomia dos subalternos significa que estes devam ter homogeneidade não apenas no plano cultural”, mas essa autonomia precisa ser a expressão de uma homogeneidade política, que supõe “romper – quebrar a estruturação da totalidade anterior”. Isso se evidencia como uma batalha hegemônica, que envolve a articulação entre as instâncias econômica, política e ideológica, num trabalho efetivo dos “intelectuais, ou seja, das direções das classes em presença”.

Gramsci tem como base de análise a Itália dos séculos XIX e início do XX, mas muitas de suas observações, pela sua clareza e precisão, podem ser remetidas para a atualidade, porque muitas dessas práticas continuam a ser correntes e são, inclusive, ampliadas. Na dimensão mais sofisticada que assume a luta de classes com o desenvolvimento e a apropriação do conhecimento tecnológico pelas classes dominantes, a questão da educação assume um lugar central no processo de emancipação política das classes subalternas. A importância de suas observações sobre movimentos insurrecionais e a possibilidade de subversão da praxis precisam ser acentuadas, principalmente para rebater as leituras mais conhecidas desse autor que o transformam, tanto na Itália quanto no Brasil, a mais um liberal insignificante.

Para subverter esta ordem é necessário trabalho e formação constante, educação permanente e continuada; no momento em que o despertar de atitudes conservadoras manifesta-se em todas as instâncias do social, a ponto de acadêmicos retomarem o discurso da neutralidade e acusarem os marxistas de “doutrinadores”, na mais antiga tradição do positivismo, torna-se urgente despertar a consciência crítica dos grupos subalternos e a escola torna-se um espaço importante, na medida em que possibilita o acesso aos códigos da argumentação lógica e os instrumentos para a formulação de um pensamento claro e conciso. É preciso superar a noção de que a teoria é externa à prática e, principalmente, que é propriedade dos intelectuais burgueses, os que detém o conhecimento e a interpretação da realidade. A educação tem uma função fundamental de desvelar o que se

esconde sob a aparência e a imediaticidade dos fatos, de mostrar o caráter de classe das ideias veiculadas como neutras porque a situação como apresentada pelos intelectuais em geral dificulta uma iniciativa autônoma da parte dos subalternos.

Neste contexto, explicitamos a seguir a questão da ideologia e seus vínculos com o exercício da hegemonia no âmbito da sociedade capitalista para, nos capítulos seguintes, abordarmos a questão da linguagem e da educação.